



A Praça da Matriz de Laguna/SC: De campo santo a palco mundano

Danielle Rocha Benício¹

Lucas de Mello Reitz²

Marciano Victor Biava³

Resumo: Laguna constitui a terceira cidade mais antiga de Santa Catarina, considerada oficialmente fundada em 1676 com a posse das terras pelo colonizador Domingos Peixoto. Este manda erguer a Cruz do Cristianismo e, em 1696, uma singela Capela e seu adro, a área sagrada não construída à frente do edificado sacro, consagrando o lugar e explicitando a vitória lusa e católica. A edificação da Igreja Matriz é sucessivamente ampliada e reformada; o Campo Santo, diminuído e melhorado, saneado e embelezado, convertendo-se no mais importante espaço público da urbe: torna-se a principal praça, *locus* da sociabilidade lagunense - da exibição da mais abastada “lagunidade”. A Praça da Matriz, abrangendo atualmente o Jardim Calheiros da Graça e a Praça Vidal Ramos, testemunha transformações e permanências no berço citadino, da elevação da vila colonial e da cidade republicana ao tombamento do Centro pelo Iphan, instituído em 1985. Logo, almeja-se reconhecer a Praça da Matriz como documento histórico e paisagístico e como patrimônio cultural de Laguna. A consecução desse objetivo recorre aos métodos histórico e estudo de caso, incluindo a coleta de dados, através da documentação indireta (averiguação de fontes primárias e revisão de referencial bibliográfico) e da documentação direta (observação durante levantamentos *in loco*). Ademais, emprega-se o método hipotético-dedutivo, posto que se defende a hipótese de que, embora ocorra a separação entre Estado e Igreja no final do século XIX no Brasil, a Praça da Matriz ratifica, como legado histórico, paisagístico e cultural, a Laguna originada e conservada como cidade portuguesa e católica.

Palavras-chave: Documento Histórico e Paisagístico; Patrimônio Cultural; Monumento Vivo; Jardim Calheiros da Graça; Praça Vidal Ramos.

1 Possui doutorado em Artes Visuais (Área de Concentração em Teoria e História das Artes Visuais), pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); mestrado em Arquitetura e Urbanismo (Área de Concentração em Conservação e Restauro) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desde 2011 é servidora pública, professora adjunta (nível V) da UDESC, atuando no Curso de Arquitetura e Urbanismo (CERES/UDESC) e no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/CEART/UDESC). Coordena o Laboratório de Arquitetura - Teorias, Memórias e Histórias (ARTEMIS).

2 Arquiteto e Urbanista (UDESC) e Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU-UFSC). Atualmente Professor Colaborador da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), trabalha também como artista e curador em diferentes interfaces e suportes, permeando a paisagem, a sexualidade, a palavra e a memória. Pesquisador e orientador nas áreas de Paisagem, com foco em Jardins de Interesse Histórico; Cartografia pós-estruturalista, com interesse na imagem e construção de métodos críticos em arquitetura; e História da Arquitetura e da Cidade, com foco em teoria queer e seus desdobramentos contemporâneos na arquitetura. Desde 2019 orienta pesquisa sobre lugares históricos de sociabilidade LGBTQIA+ em Florianópolis, no PET-Arq/UFSC. É idealizador e curador do projeto Museu do que nos resta (The Wrong Biennale e Seminário Internacional de Psicologia e Luto) e da Paralela Arquitetura e Artes (Prêmio Elisabete Anderle FCC 2017 e Patrocínio CAU/SC 2018) que discute e promove ações de intervenção na cidade, com ênfase no debate contemporâneo de cidadania e arquitetura. Fundador e membro do coletivo Marola com foco em experimentações em arquitetura no sul de Santa Catarina, participa também do coletivo Arquitetura Bicha desde 2021.

3 Ensino Médio pelo Instituto Federal Catarinense(2017). Graduação em andamento em Arquitetura e Urbanismo (UDESC).

The Laguna's main square: from holy ground to mundane stage

Abstract: Laguna was officially established in 1676. The colonisers ordered the erection of the Christian Cross and, in 1696, a simple chapel with a front churchyard, Campo Santo, a sacred vacant area. The building was subsequently enlarged and reformed, and the Campo Santo was improved through sanitation and embellishment. It became the city's main square, its sociability locus and the stage for the social display of the wealthiest. Now popularly known as Praça da Matriz, it showcases some of the site's permanences: from the colonial village to the republican city and the actual heritage-protected Centre. This article aims to recognise the Praça da Matriz as a historical and landscape document and as a cultural heritage of Laguna, comprising its landscape composition as a garden of historical interest. It uses historical and case study methods, including data collection, through direct and indirect documentation, with the investigation and on-site survey. The research uses the hypothetical-deductive method. It defends that, although the separation between the State and the Church occurs at the end of the XIX century, the Praça da Matriz ratified, as a historical, landscape and cultural legacy, the city of Laguna originated and preserved as a Portuguese and Catholic city.

Keywords: Historical and Landscape Document; Cultural Heritage; Living Monument; Vidal Ramos Square; Calheiros da Graça Garden.

Considerações iniciais

Laguna é oficialmente a terceira cidade mais antiga de Santa Catarina, fundada em 1676 pelo bandeirante vicentino de ascendência portuguesa Domingos de Brito Peixoto. Este colonizador toma posse das terras do atual litoral sul catarinense e realiza como primeiro feito a ereção da cruz cristã e, com isso, a consagração do lugar, explicitando a vitória lusa e católica. Então manda erguer uma Capela e reservar seu adro, a área sagrada não construída à frente do edificado sacro. Já em 1696, a Capela é dedicada a Santo Antônio dos Anjos, orago do nascente povoado (ULYSSÉA, 1976). Com efeito, a urbe lagunense origina-se do desejo de ampliar a fronteira lusitana da Coroa e do Catolicismo e efetivar o domínio do território definido pelo Tratado de Tordesilhas no limite meridional de Portugal, incluindo o último porto natural marítimo seguro, rumo ao Rio da Prata (BENÍCIO, 2018).

Desde a edificação da primitiva Capela no final do século XVII, a Igreja Santo Antônio dos Anjos é sucessivamente ampliada, reformada e decorada. O adro figura como Campo Santo e recebe seguidas intervenções e renomeações ao longo dos séculos, resultando diminuído e melhorado, saneado e embelezado, convertendo-se no mais importante espaço público da urbe: deveras, torna-se a Praça da Matriz, a principal da cidade, *locus* da sociabilidade lagunense - da exibição da mais abastada "lagunidade" (conjunto de costumes e lugares de sociabilidade associadas à cidade de Laguna, propagado pela elite local a partir de narrativas autocentradas, habitualmente excludentes de populações dissidentes e não-hegemônicas).

No presente, a Igreja Santo Antônio dos Anjos e a Praça da Matriz, oficialmente praça Vidal Ramos, compõem o núcleo fundacional e testemunham as transformações e as permanências no berço citadino, da elevação da vila colonial e da cidade republicana ao tombamento do Centro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985. Justifica-se, pois, esta pesquisa diante da importância desse legado na Contemporaneidade; ora, é mister o reconhecimento e a conservação dessa herança vinculada à origem e à existência de Laguna.

Logo, almeja-se reconhecer a Praça da Matriz como documento histórico e paisagístico, patrimônio cultural e monumento vivo de Laguna. A partir disso decorrem os seguintes objetivos específicos: identificar e caracterizar as diferentes configurações espaciais e paisagísticas do Jardim Calheiros da Graça e da Praça Vidal Ramos manifestas no decorrer dos tempos; apontar as principais transformações e permanências em ambos os espaços; interpretar a Praça da Matriz como monumento vivo, resultante do processo cumulativo de várias intervenções paisagísticas executadas no *locus* da sociabilidade lagunense; e contribuir para a preservação de tal legado.

A consecução desses objetivos adota os métodos histórico e estudo de caso, incluindo a coleta de dados através da documentação indireta, com averiguação de fontes primárias e revisão de referencial iconográfico e bibliográfico (sobre a preservação de jardins de interesse histórico, isto é, a salvaguarda dos monumentos vivos; e sobre a história da cidade, do Jardim Calheiros da Graça, da Praça Vidal Ramos; e sobre o tombamento do Centro) e da documentação direta, com observação e registro fotográfico efetuados durante levantamentos *in loco*. A partir dos dados coletados, empreende-se a identificação e a caracterização das diferentes configurações espaciais e paisagísticas do Jardim Calheiros da Graça e da Praça Vidal Ramos, bem como se apontam as principais transformações e permanências em ambos os espaços. Os resultados daí obtidos amparam a interpretação da Praça da Matriz como monumento vivo da “lagunidade”, por seus aspectos paisagísticos dinâmicos e por sua função como espaço central de sociabilidade. Ademais, ressalta-se, emprega-se o método hipotético-dedutivo, posto que se defende a hipótese de que, embora ocorra a separação entre Estado e Igreja no final do século XIX no Brasil, a Praça da Matriz ratifica, como legado histórico, paisagístico e cultural, a Laguna originada e conservada como cidade portuguesa e católica.

O reconhecimento da Praça da Matriz como documento histórico e paisagístico, patrimônio cultural e monumento vivo consiste em uma arrematamento, de modo inédito, no campo da preservação de jardins de interesse histórico, de conhecimentos fundamentais acerca do Jardim Calheiros da Graça e da Praça Vidal Ramos, imprescindíveis às futuras intervenções nesses espaços. Ainda que Laguna venha sendo constituída como objeto de trabalhos de pós-graduação nas últimas décadas, constata-se a inexistência de estudos articulando suas praças à proteção de jardins de interesse histórico. A propósito, recente e pioneiramente, REITZ *et. al.* (2019) publicam o artigo sobre o ajardinamento da Casa Pinto D’Ulysséa, oferecendo documentação a favor da reconstrução histórica dessa área, ligada originalmente ao uso doméstico e privado e explorado atualmente pelo turismo.

Além disso, a despeito do vasto acervo iconográfico retratando a urbe lagunense, inclusive o Jardim Calheiros da Graça e a Praça Vidal Ramos, este carece de sistematização especialmente, no campo da preservação de jardins de interesse histórico, quanto às memórias e à construção historiográfica envolvendo esses espaços e suas decorrentes relações entre concepção, execução de sucessivas intervenções e contínua recepção. Decerto, há uma lacuna de produção de conhecimentos sobre a instância da Praça da Matriz como monumento vivo.

Dessarte, remete-se primeiramente às reflexões teórico-metodológicas no campo da preservação de jardins de interesse histórico nos panoramas ocidental e brasileiro. Então, expõem-se as diferentes configurações espaciais e paisagísticas do Jardim Calheiros da Graça e da Praça Vidal Ramos no decorrer

dos tempos, apontando as principais transformações e permanências desde a implantação do Campo Santo da vila colonial e a modernização da praça eclética da cidade republicana às ações na Praça da Matriz no Centro tombado na Contemporaneidade. Por fim, apresentam-se as considerações finais, ratificando as conclusões acerca da interpretação da Praça da Matriz como monumento vivo, resultante do processo cumulativo de várias intervenções paisagísticas no *locus* da sociabilidade lagunense.

As reflexões sobre a preservação de jardins de interesse histórico

As origens da conservação e do restauro do patrimônio histórico e artístico como disciplina articulada teoricamente estruturaram-se a partir do final do século XVIII, com a ruptura provocada no modo de construção do conhecimento pelo Iluminismo (momento em que eclodem as revoluções Francesa, Industrial e Intelectual): o ideal iluminista funda-se na razão como único meio para se obter a verdade científica. No século XIX formam-se vários acervos patrimoniais, inventariados e restaurados, sob a proteção de governos nacionais para servir à instrução pública. A formação desse patrimônio suscita uma nova consciência acerca da História e instaura uma inédita complexidade sobre a preservação: desencadeiam-se inúmeras discussões sobre ressemantização e reutilização, as quais estimulam a definição dos primeiros arcabouços teóricos e das primitivas medidas prescritivas, levando à conformação da conservação e da restauração como disciplina científica (DOURADO, 1995).

Com efeito, as origens da conservação e do restauro do patrimônio histórico e artístico, de bens materiais, como disciplina remontam ao século XIX; diferentemente, a salvaguarda da herança paisagística, abrangendo passeios, parques e demais parcelas da paisagem, começa a se constituir como corpo teórico e prescritivo apenas no século XX. Ora, são recentes os debates e as reflexões teórico-metodológicas, como também as ações daí decorrentes, no campo da preservação de jardins de interesse histórico nos panoramas ocidental e brasileiro, inclusive ratificando as relações entre os legados natural e cultural.

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público.

No passado a noção de Patrimônio Cultural se restringia somente aos monumentos edificados, mas a **partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos).** (ANDRADE, 2008, p. 138, grifo nosso).

Deveras, o campo da preservação de jardins de interesse histórico começa a se consolidar no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 1970, quando ocorre um aumento conjunto e interseccionado dos interesses das pautas preservacionistas e ecológicas (FRICKER, 1975; HALBROOKS, 2005; SALES, 1995). Aliás, já em 1948 é organizada a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (Ifla), reunindo profissionais pioneiros do paisagismo moderno na Europa.

No final da década de 1960, são criadas seções, posteriormente comitês, a fim de garantir a abrangência necessária aos temas dentro da Arquitetura da Paisagem. Em 1967, a Ifla estabelece uma seção específica e pioneira para discutir a metodologia para tratar os jardins de interesse histórico, incluindo: inventários; meios de proteção, conservação, restauração e manutenção; análise e registro das regras de composição da arquitetura, dos elementos vegetais e do entorno; e modos de impedir a destruição dos espaços considerados valiosos. A partir disso, são catalogados os principais jardins identificados como históricos existentes em diversos países do mundo, totalizando 2.000 exemplares; bem como são efetuadas tentativas para incluir os jardins de interesse histórico nas recomendações internacionais de preservação do patrimônio, até então desprezados como arte menos complexa (ainda que a Carta de Veneza, de 1964, contenha o avanço de reconhecer o monumento como indissociável de seu contexto).

Somente em 1970 é fundado o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios, uma subdivisão do Ifla e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), objetivando promover a defesa, a restauração, o conhecimento e a difusão desse patrimônio cultural ameaçado através de conferências, simpósios e publicações. No ano seguinte, em 1971, na França, acontece o primeiro simpósio internacional de proteção e restauração de jardins históricos, organizado pelo referido Comitê Ifla/Icomos (ANDRADE, 2008).

Foram discutidas as experiências e os problemas enfrentados por diferentes países sobre questões pertinentes à preservação dos jardins históricos. **As discussões concentraram-se nas definições e problemas envolvendo os inventários, os perigos e causas das destruições de jardins, a questão da preservação dos grandes jardins privados, as leis de proteção e as recomendações de como proceder na conservação dos jardins.**

Ao final do encontro, foram apresentadas recomendações para a salvaguarda dos jardins e a definição de jardim histórico: **“um jardim histórico é uma composição arquitetônica e horticultural de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico”** (ICOMOS, 1971, p. 233). O empenho e a produção científica do Comitê do Ifla/Icomos foram marcantes. **No âmbito científico internacional, acabam por gerar da década de 1960 a de 1980 numerosos estudos publicados sobre um tema, até então, não discutido: a restauração em jardins históricos.** (ANDRADE, 2008, p. 139, grifo nosso).

A partir disso, em 1981, na Itália, o Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (Ifla/Icomos) realiza a conferência e a publicação da Carta de Florença (ICOMOS, 1981), visando complementar a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964). Naquela se define o termo técnico “jardim histórico” como uma nova categoria de proteção, referente ao monumento vivo, caracterizado pelo interesse público e pelo caráter histórico (e não por particularidades estilísticas ou dimensionais), composto de instâncias natural e cultural. Assim, adiciona-se o jardim de interesse histórico ao conjunto de bens culturais a salvaguardar.

Artigo 1º - **Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público.** Como tal é considerado monumento.

Artigo 2º - **O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável.** Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do definhamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado.

Artigo 3º - **Por ser monumento, o jardim histórico deve ser salvaguardado, conforme o espírito da Carta de Veneza.** Todavia, **como monumento vivo, sua salvaguarda requer regras específicas, que são objeto da presente Carta.** [...]

Artigo 5º - **Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza**, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim toma assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um paraíso no sentido etimológico do termo, mas que **dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época**, eventualmente da originalidade de um criador. (ICOMOS, 1981, p. 1-2, grifo nosso).

Decorridos 40 anos da Carta de Florença (ICOMOS, 1981), Andrade (2008) atenta que o termo “jardim histórico” é usualmente empregado em publicações científicas, mas seu efeito prático, considerando a efetividade da proteção, ainda está distante do ideal. A mesma autora atribui parte dessa dificuldade à interpretação inadequada do significado “histórico”. Apesar dos entraves seletivos, analíticos e interpretativos do caráter histórico dos jardins, da respectiva complexidade socioecológica e processual, é fundamental compreender os tempos passados que sobrevivem no tempo presente e, assim, constituem testemunhos de momentos destacados da atividade humana - afinal, o reconhecimento como patrimônio origina-se de suas próprias qualidades especiais, singulares e valiosas.

“Historic” is a relative term and clearly everything that is not contemporary must be historic to some degree. Historic value [historical] is another matter, and this is frequently determined partly by age and rarity and partly by the perceived artistic quality and significance of contemporary things and this is a problem for gardens because, unless consistently cherished, they could disappear before they become recognized as important (SALES, 1995, p. 1).

Ainda considerando a proteção do jardim histórico, acrescentam-se as questões da integridade e da autenticidade. De fato, há muita dificuldade por parte dos profissionais técnicos, inclusive dos órgãos governamentais de preservação do patrimônio, por exemplo, para conciliar a substituição de uma planta por muda nova e os preceitos da disciplina da conservação e da restauração, bem como a mitigação dos danos causados pela ação do tempo e da utilização do bem patrimonial e a manutenção da vivacidade do monumento vivo.

Artigo 9º - **A salvaguarda dos jardins históricos exige que os mesmos sejam identificados e inventariados**. Impõe intervenções diversas, de manutenção, de conservação e de recuperação. Eventualmente pode-se recomendar a reconstrução. **A autenticidade de um jardim histórico está relacionada quer com o desenho e as proporções das suas várias componentes, quer com os elementos ornamentais e a escolha dos elementos vegetais ou inorgânicos que o constituem**. (ICOMOS, 1981, p. 1-2, grifo nosso).

A propósito, Feliú (1994) compreende a integridade e a autenticidade do jardim histórico em relação com o transcurso e o acúmulo temporais, para além da originalidade de traçado ou de composição paisagística, imbricados às dinâmicas socioecológicas e às sucessivas intervenções. Os distintos tempos explicitados no jardim histórico documentam e informam - situam o sujeito humano e lhe conferem segurança existencial.

Enfim, como defende Hunt (2004), reconhece-se o jardim histórico como resultante das intenções projetivas de desenho da paisagem somadas às dinâmicas socio ecológicas locais e às narrativas históricas de recepção, ocupação e demais experiências vividas pelos usuários. Além disso, assume-se que as dinâmicas socioecológicas garantidas e engendradas pela composição paisagística posicionam o jardim histórico como um patrimônio e um bem comum universal (GERBER; HESS, 2017). As intervenções de preservação do jardim histórico devem decorrer de tal reconhecimento.

Um jardim, caso corretamente conservado, é visto por sucessivas gerações as quais o percebem de forma diferente da sua anterior e da sua sucessora. É que se trata de um documento cultural que se renova e se deteriora, **e que com a ação humana descuidada pode comprometer o significado ou o testemunho futuro**. Assim, o perigo das intervenções em jardins está na busca de princípios unicamente históricos e arqueológicos, deixando de ser considerados os emocionais relacionados à mudança de tempo. [...]

A chamada “pátina” em monumentos históricos é desejada e recomendada para a transmissão de sua significação. No entanto, **no monumento vivo estas marcas do tempo estão relacionadas ao ciclo natural de vida e morte da natureza**, fator que se altera constantemente. Por esta razão, **deve-se compreender a sua substância vegetal como potencialmente renovável e perecível**. No entanto, **este é o principal problema da recolocação periódica, evitar a aparência de “novo”, ou seja, com o passar do tempo o jardim perder o contato com o seu passado (recriar um pastiche do original)**. [...]

A função do patrimônio é ser construtiva, já que a identidade cultural é fundada de forma dinâmica. Por conseguinte, **a disciplina deve existir não só para perpetuar os testemunhos do passado, mas para dialogar com esse passado através da sua apropriação e releitura**. [...] **O objeto final da disciplina e das ações da preservação não é a perpetuação da cultura material, mas sim a fruição desta para uma comunidade**. Portanto, desempenha um papel social, no qual a apropriação social é do monumento. (ANDRADE, 2008, p. 141-142, 144, grifo nosso).

No Brasil, a investigação e a intervenção em jardins históricos estão embrionariamente presentes no campo da preservação do patrimônio desde a década de 1930, nos anos fundacionais do Iphan (MAGALHÃES, 2015). Entretanto, a proteção de jardins históricos se expande e se fortalece recentemente, nas últimas décadas, impulsionada por vários estudos históricos e analíticos (DOURADO, 2009; MACEDO, 2015; MACEDO; ROBBA, 2010; MAGALHÃES, 2015; PESSOA; FASOLATO; ANDRADE, 2015; SEGAWA, 1996; entre outros) e, sobretudo, pela publicação pelo Iphan da Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, conhecida popularmente como Carta de Juiz de Fora (BRASIL, 2010).

A Carta de Juiz de Fora, pactuada no I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, evento promovido pelo Iphan em 2010, consiste em uma adaptação das recomendações da Carta de Florença (ICOMOS, 1981). O documento nacional define como jardim histórico o sítio de importância afetiva e simbólica que contribui para o espírito do lugar, podendo causar no ser humano o “vislumbre de realidades até então despercebidas” (BRASIL, 2010). Além de conter as motivações de identificação, qualificação e enquadramento dos bens patrimoniais, versa sobre degradação, autenticidade, proteção e gestão.

Essas reflexões teórico-metodológicas no campo da preservação de jardins de interesse histórico nos panoramas ocidental e brasileiro são basilares à identificação da Praça da Matriz no Centro tombado na contemporaneidade e à compreensão das diferentes configurações espaciais e paisagísticas do Jardim Calheiros da Graça e da Praça Vidal Ramos no decorrer dos tempos e do apontamento das principais transformações e permanências desde a implantação do Campo Santo da vila colonial e da modernização da praça eclética da cidade republicana às ações ditas preservacionistas mais recentes.

O Campo Santo da vila colonial: o espaço gerador e articulador da urbe

Conforme o exposto, a origem de Laguna remonta à colonização portuguesa e cristã, cujo primeiro feito é a ereção da Cruz do Cristianismo e, em seguida, da Capela, colocando o lugar sob a proteção sagrada

e explicitando a vitória lusa e católica. Com isso, localiza-se o adro, a área sagrada não construída à frente do edificado sacro, e, assim, o povoado. Em 1696, dedicou-se a Santo Antônio dos Anjos a Capela e a povoação, por isso batizada Santo Antônio dos Anjos da Laguna (ULYSSEÁ, 1976).

Ao chegarem, pois, **os fundadores, foram seus primeiros cuidados erigir templo a Deus. Levantaram, então, uma pequenina capela** de pau a pique, coberta de palha, para nela serem celebrados os ofícios religiosos [...]. **Desde então, a povoação, hoje cidade, cresceu sempre amparada à Igreja** e a Igreja acompanhando as alegrias e vicissitudes da comuna. (ULYSSEÁ, 1976, p. 168, grifo nosso).

Ora, vinculam-se profundamente as pretensões do colonialismo português aos propósitos do Catolicismo romano, demonstrando a relação íntima entre Estado e Igreja.

[...] tal relação domina sem paridade o espaço urbano; de fato, **há a predominância do religioso sobre o estatal, o civil e o doméstico**. Portanto, **remete-se ao caráter do espaço urbano como locus e símbolo privilegiados do sagrado** - da soberania cristã: logo, ao poder da fé, ainda que vinculado ao orgulho da nacionalidade, na estruturação do chão laico. É justamente sobre este, e a partir deste, que recaem as pretensões de expandir a ação pastoral e os campos de jurisdição. (BENÍCIO, 2018, p. 85, grifo nosso).

A urbe lagunense atesta a tese de Marx (1988, p. 7) sobre a influência e a preponderância da Igreja Católica na constituição da paisagem dos núcleos coloniais brasileiros: “O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado ao profano. Através das mudanças em seu conceito, uso, âmbito e trato, é possível acompanhar a passagem da predominância religiosa, em seus primórdios, para a secular, nos dias atuais [...]”. De fato, a implantação da Capela é fundamental à formação e ao desenvolvimento da estrutura urbana de Laguna. “O chão sob tão humilde cobertura, a partir da ereção e só a partir de então, passava a ser sagrado, considerado e respeitado obrigatoriamente como tal.” (MARX, 1991, p. 20).

Ressalta-se que a Capela de Laguna segue a tradição edilícia católica portuguesa sistematizada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, redigidas em 1707 e publicadas em Lisboa em 1719 (VIDE, 1853). Apesar da edificação lagunense ser anterior à publicação, ela atende as exigências para a construção de um templo: ser implantada em sítio alto, lugar decente, livre de umidade e desviado de locais imundos e sórdidos; e exibir efeitos plásticos em posição de destaque e primazia no núcleo urbano. O Cemitério, por sua vez, situa-se atrás da Igreja. O adro, completando o conjunto sagrado, ocupa inicialmente vasto terreno à frente da mesma, formando o antigo Campo do Manejo, depois nomeado sucessivamente Praça da Matriz, Floriano Peixoto e Jardim Calheiros da Graça (melhoramento feito na praça) e Vidal Ramos.

O adro é prejudicado por estar em um nível topográfico alagadiço: apresenta-se originalmente aberto, sem pavimentação, arborização, ajardinamento e mobiliário - apenas com a Cruz do Cristianismo no foco perspectivo da rua Conselheiro Jerônimo Coelho, antiga rua da Igreja, ligando esta à área portuária. Livre de obstruções, confere visibilidade e ênfase ao local santo, torna condigna e venerável a frontaria da Capela, enriquece o domínio religioso e realça o erigido sacro em detrimento das demais construções mundanas. Desse modo, Capela e adro estabelecem relação espacial indissociável entre si e intrínseca à espacialidade própria do Centro de Laguna. Ademais, o porto fundante, o caminho que dele vai à Fonte da Carioca (fonte de água potável), a Capela e o adro constituem geratrizes e diretrizes de crescimento, densificação e valorização urbanas. Enfim, consistem em elementos primários - permanências a partir das quais se estrutura o traçado viário (BENÍCIO, 2018).

Em concomitância, desvelam-se como componentes essenciais da paisagem urbana lagunense, participando do conjunto sagrado, especialmente do adro, os morros envoltórios caracterizados pela cobertura vegetal. Este cinturão verde favorece a defesa e a proteção contra as fortes ventanias, bem como emoldura a paisagem urbana e delimita as fronteiras visuais e simbólicas do assentamento: marca explicitamente a separação entre o meio natural/selvagem e o mundo urbano/civilizado. Portanto, os componentes naturais são incorporados como forças específicas do lugar: não há preponderância do natural nem do urbano - ambos manifestam-se em conexão. Assim, o cultural articula-se ao natural (BENÍCIO, 2018).

Da aparição do frontispício, logo emerge e sobressai a presença hegemônica da Capela, com sua fachada sóbria, caiada de branco, voltada para a área portuária. A figura de corpo alvo exhibe-se diante do verde atrás e do azul de fundo. O volume cândido põe em boa ordem o núcleo urbano, animando a composição e orientando a sua fruição.

A povoação, então, restringe-se a poucas ruas, com mais ou menos tortuosidade; e a algumas casinhas, bastante pobres, com paredes de madeira ou pau a pique, chão batido e cobertura de palha. Ou seja, diminutos feitos domésticos, sem expressividade contundente, contraste ou diferenciação. **A Capela, a despeito da singeleza, implanta-se como protagonista no ponto médio da planície, em meio ao assentamento, rarefeito e esparsos, dando legibilidade e significado e, desse modo, contaminado todo o ambiente urbano.** Sem embargo, a Capela constitui o ápice do frontispício de Laguna.

Nesse sentido, **aliado da Capela, o adro revela-se concomitantemente um dos elementos prioritários na trama urbana. Em posição central no assentamento, consiste no centro religioso e social da povoação.** Assim, **além do simples posicionamento geográfico, importa a sua condição de centralidade direcional.**

A disposição primitiva do casario é guiada pela Capela; não segue um plano preconcebido, nem um traçado prévio. A expansão e o adensamento do aglomerado se dão em torno do templo, mormente a sua direita; sequer seu desenvolvimento urbano inicial é racionalmente premeditado. A implantação paulatina do lugarejo não se submete a legislações criadas especificamente para o local, nem ao controle rigoroso da Coroa de Portugal. [...]

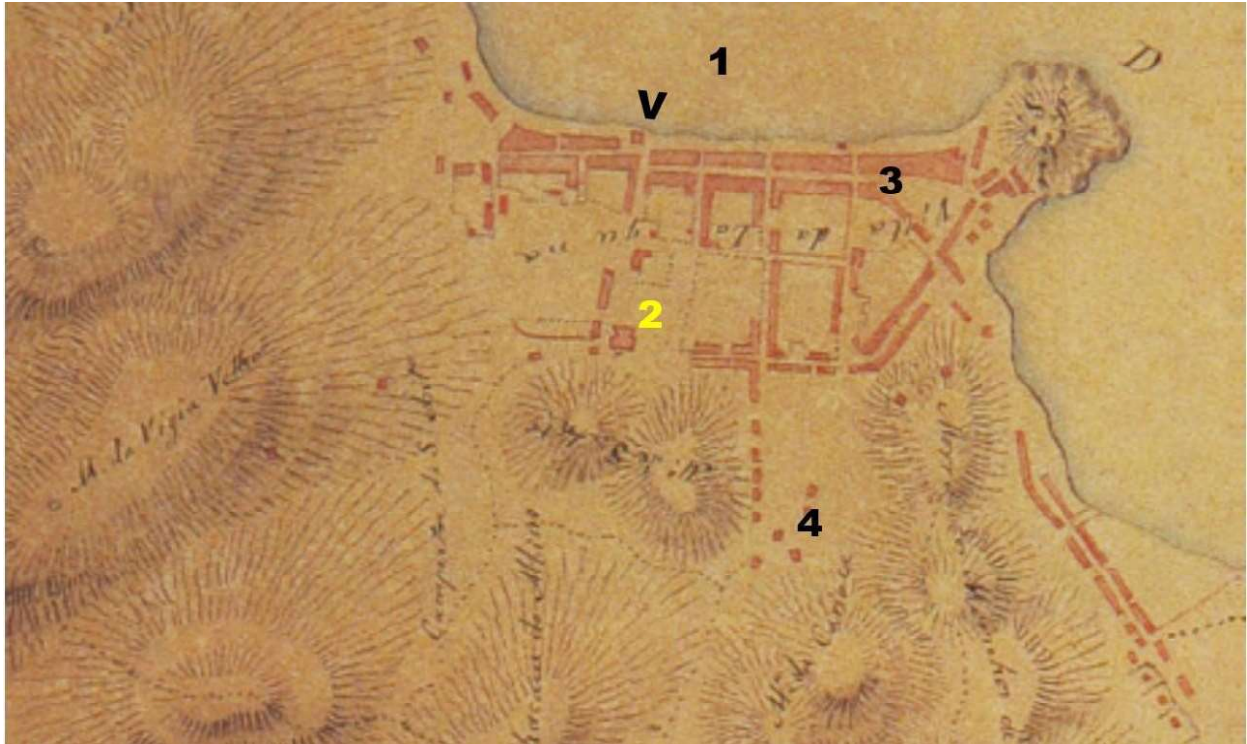
Ora, **a arquitetura e o urbanismo adaptam-se à geografia, sobretudo à topografia e à morfologia do sítio.** (BENÍCIO, 2018, p. 89-90, grifo nosso).

Em 1714, a efetivar o domínio lusitano do território do Rio Grande do Sul e da Colônia do Santíssimo Sacramento, aliado ao aumento da povoação lagunense, esta é elevada à vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Em fins de 1719, promulga-se o Código de Posturas, visando o desenvolvimento disciplinado pelo desejo de ordenação e decoro. No início do século XVIII, Laguna, “apesar da sua insignificância e do escasso número de habitantes, tornou-se, na época, a mais importante das póvoas existentes na costa catarinense.” (CABRAL, 1970, p. 43). Então, entre 1748 e 1756, chegaram os açorianos para povoar e consolidar a conquista portuguesa (CABRAL, 1970; ULYSSÉA, 2004).

Nesse contexto, a evolução mais evidente é dada pela Igreja. A implantação da vila exige melhor condição do seu prédio principal. Graças às ações das várias irmandades, executam-se muitos melhoramentos no templo: é ampliado o erigido e engrandecido seu destaque - a Capela é convertida em Capela-mor e somam-se novas capelas e altares nas laterais da nave e nos cantos do arco cruzeiro; e a face voltada para o adro ganha duas torres nas extremidades laterais, salientes em relação à largura da nave, aumentando a testada da edificação e, conseqüentemente, dilatando a sua monumentalidade. A

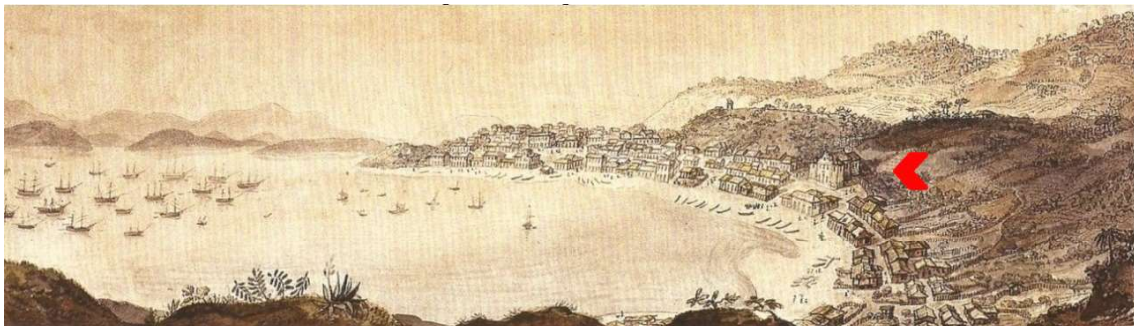
fronte se engrandece para melhor se relacionar artisticamente com o adro fronteiroço. Assim, reafirma-se e fortalece-se a articulação entre o novo frontispício expandido da Igreja e o preexistente adro imenso. Posteriormente, em 1796, refaz-se a capela-mor e anexa-se a nova sacristia (ARNS, 1975; BENÍCIO, 2018; ULYSSÉA, 1976) (Figuras 01-03).

Figura 01. A vila de Laguna no século XIX: laguna Santo Antônio dos Anjos, porto e praia chã, a oeste (1); Igreja Matriz e adro, Campo Santo, no limite da planície a leste (2), protegidos pelos morros e distantes da área portuária, na perspectiva da rua Conselheiro Jerônimo Coelho (V); antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu Histórico Anita Garibaldi, e Praça República Juliana (3); e Fonte da Carioca e praça Lauro Muller (4).



Fonte: Adaptada de Pessoa (2000, p. 75).

Figura 02. A Igreja Santo Antônio dos Anjos e a Praça da Matriz na vila de Laguna, retratada por Jean-Baptiste Debret em 1827.



Fonte: Adaptada de Bandeira; Lago (2008, p. 311).

Figura 03. A Igreja Santo Antônio dos Anjos, com as torres sineiras, em 1906. Destaca-se o adro, o Campo Santo, com o cruzeiro: o espaço público aberto, amplo, sem tratamento paisagístico, nem mobiliário urbano, emoldurado pelos morros e pelo céu. Notabilizam-se as opulentas edificações ecléticas, já demolidas, para sediar os atuais Clube Blondin (1), Banco do Brasil (antigo palacete de João Monteiro Cabral, 2) e Clube Congresso Lagunense (antiga sede do Clube, 3). Atenta-se ainda ao Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos no morro da Glória, na fronteira do perímetro urbano (4).



Fonte: Ulysséa (2004, p. 317); Viana (acervo Antônio Marega, 2011).

Nesses primeiros tempos, o adro serve ao uso religioso e integra o Campo do Manejo, sendo popularmente apropriado para criação de animais e brincadeiras das crianças. Seus limites são pouco nítidos entre os esparsos casebres e cercas e os vários terrenos baldios.

Uma grande parte do antigo Campo desapareceu com a edificação do primeiro quarteirão da rua Voluntário Carpes. Começava em uma fonte, no local onde está edificado o Fórum, denominado Figueirinha [...].

Parte do campo era de banhados, contendo a parte seca muito guaxima. Em frente ao local onde está edificado o “Congresso Lagunense”, ninguém passava, porque era atoladiço e nas mesmas condições em frente ao atual “Cine Palace”. Ali a garotada usava armadilhas para apanhar quero-quero, que havia em quantidade.

Não existia a rua Voluntário Benevides e a atual praça.

O lado direito era campo aberto e o esquerdo fundo de quintais e terrenos baldios.

Só existia uma casa na esquina da rua Benevides [...] e próxima à atual travessa Manoel Pinho, uma casa pequena dentro de um cercado [...].

Da esquina da rua Voluntário Benevides, até as proximidades da Matriz, havia uma passagem sem banhado nem guaxima.

Via-se por todo o Campo, animais soltos: vacas, burros, cavalos, fartando-se na pastagem existente. Algumas cabras e carneiros. [...]

Na parte leste do Campo próximo à Figueirinha havia um terreno amurado [...].

O quarteirão fronteiro à Matriz compunha-se de uma casa na esquina da rua Jerônimo Coelho, já descrita e uma cerca de tábuas carunchosas que ia até a atual rua XV de Novembro. Havia ali um capinzal tomando todo o terreno.

No quarteirão que vai da rua Voluntário Carpes a de Santo Antônio, existia, na primeira esquina, um pardieiro e no meio do quarteirão uma casa de porta e janela, por acabar [...].

Na esquina da rua Santo Antônio, um terreno baldio.

Do lado esquerdo da Matriz, o Cemitério da Irmandade de Santo Antônio e ao lado do Cemitério, uma casa muito antiga ainda existente que afirmavam ser um dos mais velhos prédios de Laguna. [...]

Ao lado direito da Matriz, um Cemitério, cercado de tábuas sobre um alicerce de pouco menos de um metro de altura, que ia até o edifício da Irmandade do Divino Espírito Santo, denominado “Império”, de boa construção, onde hoje é a Casa Paroquial.

Adiante, o “Teatro 7 de Setembro”, pertencente a uma sociedade, entre dois terrenos baldios. (ULYSSEÁ, 1943, p. 73-76, grifo nosso).

Ademais, em meados do século XVIII, concretizando a autonomia da vila, é edificada a Casa de Câmara e Cadeia e instalado o pelourinho (ULYSSEÁ, 1943): estabelece-se o marco inicial da separação entre Igreja e Estado e deflagra-se o processo de secularização do assentamento urbano. De fato, o patrimônio religioso e o patrimônio civil situam-se em praças diferentes, respectivamente, nas atuais Vidal Ramos e na República Juliana. Em Laguna, mantém-se a primazia do sacro, templo e adro, em dimensão e apelo, e a influência exercida na estrutura fundiária pelo conjunto cristão. Este segue instigando a valorização econômica de seu contexto. Logo, em Laguna persiste “[...] a preponderância do sagrado sobre o civil, e do civil sobre o doméstico.” (BENÍCIO *et al.*, 2011). Portanto, reafirma-se que o caso lagunense ratifica a tese de Marx (1991, p. 89) sobre a proeminência da Igreja Católica na formação e no desenvolvimento da estrutura urbana de Laguna.

Sem embargo, **manifestam-se relações intrínsecas entre cada praça e os prédios que as definem espacialmente: as praças, como centros de prestígio, valorizam os edifícios; estes, sobretudo os monumentos, reforçam a forma das praças e intensificam seus efeitos expressivos no assentamento urbano.** Ora, as construções mais abastadas concentram-se preferencialmente ao redor de ambas as praças. Além da notabilização por meio da qualidade da ocupação erguida no entorno, tais praças assumem relevância singular e excepcional, incomparável, dada pela localização e pela disposição no traçado: desafogam a massa erigida, oferecem dilatação espacial e abrem à apreciação das mais importantes edificações. [...]

Assim, **configura-se um espaço público, de formato aproximadamente retangular no ponto médio da planície, consagrado ao poder religioso; e outro, de formato aproximadamente triangular na direita da mesma planície, ao poder estatal. Por isso a colocação em cada um do símbolo distintivo, com *status* de monumento, com o devido isolamento e realce: a cruz cristã e o pelourinho.** Esses espaços são caracterizados pela ausência de passeios, arborização e jardim, mobiliário e equipamentos; e as ruas lindeiras ainda não apresentam caixas de rolamento e de pavimentação. Desse modo, as praças e as ruas formam um contínuo de chão natural, batido, entre as faces das quadras. (BENÍCIO, 2018, p. 101-102, grifo nosso).

Eis, então, os feitos fundamentais imprescindíveis para a concretização do desejado mundo urbano - da ideal imagem colonial, dada pela aparência uniforme e homogênea da vila, em prol da identidade nitidamente portuguesa e cristã.

A praça modernizada da cidade republicana: o espaço da “lagunidade”

Na segunda metade do século XIX, apaziguada a Revolução Farroupilha, a vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna é elevada à cidade de Laguna em 1847 (ULYSSEÁ, 2004). A despeito da nova condição cidadina, é morosa a evolução urbana lagunense, mantendo-se os elementos primários e a aparência acanhada dessas permanências.

Todos esses registros, e muitos outros, revelam e repetem o tipo de ordenação representado pelo pequeno agrupamento de casas, pelo predomínio de sua disposição irregular, algo esparsa, pelo correr de ruas mal delimitadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente. Enfim, **por uma matriz nem sempre muito avantajada, [...] matriz nem sempre requintada, porém constituindo o melhor, senão o único edifício digno de maior interesse e o seu adro, a reforçar esse interesse relativo, talvez o maior, senão o único largo generoso ou capaz, ainda que modesto, de abraçar todos do lugar e das redondezas.** (MARX, 1991, p. 54, grifo nosso).

Nas últimas décadas do século XIX intensifica-se o progresso graças aos acontecimentos que “assinalam a evolução social da Laguna nos primeiros lustros da sua existência de cidade.” (ULYSSÉA, 2004, p. 42). Nesse período, o município perde vasto território, grande parcela de população e parte das suas rendas (CABRAL, 1970). Em concomitância, são libertos os negros escravizados, chegam imigrantes europeus e constrói-se a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina ligando a zona carbonífera e o porto lagunense - este se torna o principal do sul da Província, graças a quarta maior movimentação portuária de Santa Catarina, considerando o valor de exportação (LUCENA, 1998).

As riquezas daí geradas intensificam o progresso na virada do século XIX-XX: exacerba-se a distinção entre os mundos rural e urbano; irradia-se o crescimento a partir do núcleo primitivo e expande-se o limite urbanizado; valoriza-se o Centro em relação aos bairros surgentes; ocupam-se os lotes vazios centrais e densifica-se esse sítio mormente à direita da Igreja; e amplia-se a segregação espacial relacionada à identidade racial e socioeconômica, privilegiando a sociedade branca cristã opulenta moradora do berço citadino e afastando os demais às habitações precárias na periferia. A propósito, agrava-se a distância entre os espaços de sociabilidade da elite e do proletariado, sobretudo os lugares invisibilizados ou clandestinos do povo negro. Apesar do evidente progresso, a Laguna *fin de siècle* ainda sofre com a falta de alguns melhoramentos urbanos (BENÍCIO, 2018).

Somente nas primeiras décadas do século XX, sob o ideal progressista da República Velha, o discurso positivista de modernização e o domínio dos poderes religioso e estatal ainda conexos, tal como nas principais cidades brasileiras, acelera-se o progresso no Centro de Laguna. Em prol de embelezamento, salubridade e segurança, o povo almeja a realização de intervenções públicas de melhoramentos urbanos. A municipalidade, por sua vez, visando o aformoseamento, a higienização e o controle, obriga a qualificação de imóveis particulares, através de legislações com exigências e proibições (BENÍCIO, 2018).

Ora, modernizam-se os espaços de centralidade vinculando-os à visão eurocêntrica de progresso, realizando novas paisagens com símbolos republicanos, rejeitando o passado colonial, afastando a imagem de pobreza e atraso e exterminando a moradia precária. Assim, concretizam-se e exibem-se na urbe lagunense os ideais civilizatórios de controle, higiene e saúde, articulados à política de embranquecimento e domesticação característica da virada do século (DOURADO, 2009; FABRIS, 1987; REIS FILHO, 2004; PESAVENTO, 1999; SEGAWA, 1999).

Embora tardios (e mais ou menos distantes do ideal e do desejado), os melhoramentos urbanos geram mudanças positivas na área central e contribuem para a modernização da cidade. Outrossim, graças às irmandades, a Igreja Santo Antônio dos Anjos visibiliza o progresso da urbe: por exemplo, em 1894 as duas torres tornam-se sineiras; em 1935 introduz-se o relógio no frontão da fachada, na praça Vidal Ramos; em 1945 demole-se a norte a meia-água do consistório; e em 1953 remove-se o Cemitério a sul (ARNS, 1975; ULYSSÉA, 1976).

O adro, o então Campo do Manejo, renomeado para praça Floriano Peixoto, é reduzido à quadra única à direita da Igreja, resultante de novos arruamentos e parcelamentos. Com efeito, a praça é delimitada por 4 vias e quarteirões e a visão de fundos de quintais e terrenos baldios é substituída pela vista das frontarias do abastado edificado eclético residencial e recreativo. Deveras, no entorno da praça inauguram-se, além de casarões: o Teatro 7 de Setembro, o Clube Congresso Lagunense (depois refeito no mesmo endereço), Clube Blondin (o prédio eclético, atual sede do Escritório Técnico do Iphan, e posteriormente o prédio neocolonial) e o Cine Glória (sucessivamente Cine Palace, Cine Arajé e Rádio Difusora). Enfim, os proprietários urbanos “desfrutam de uma situação invejável”, que se reflete na paisagem urbana e explicita “o bom gosto, mas sobretudo, a opulência daqueles tempos” (ULYSSEIA, 2004, p. 43). “Inegavelmente, foi a época de maior luxo em nossa terra”, facilitado através do intercâmbio portuário entre Laguna e Rio de Janeiro, introduzindo na cultura local “o que havia de mais moderno” (ULYSSEIA, 1943, p. 130-131). Não obstante algum ufanismo, a importação de elementos construtivos, a industrialização e a substituição da mão de obra escravizada contribuem para a mudança dos espaços privados e públicos - por conseguinte, para a visibilização do progresso de Laguna. Daí o reconhecimento das primeiras décadas do século XX como a *belle époque* lagunense (BENÍCIO, 2018).

A praça também ganha melhoramentos oriundos dos esforços da municipalidade e da sociedade mais abastada. Na década de 1900, nos jornais locais são publicados informes de eventos sociais para angariar recursos para investir em tal melhoria.

No jornal “O Comércio” de 16/08/1903, fora redigido um apelo do superintendente municipal à população, solicitando auxílio financeiro para a **execução do “ajardinamento” da praça Floriano Peixoto, antiga Praça da Matriz**, e no mesmo mês, o mesmo jornal anuncia (23/08/1903) que **diversos clubes estavam se associando na organização de festas para arrecadação de recursos para o mesmo**. (LUCENA, 1998, p. 91, grifo nosso).

Estiveram muito concorridas as quermesses realizadas nos dias 8 a 10, no Teatro 7 de Setembro, **em benefício das obras do Jardim à praça Floriano Peixoto**. As excelentes bandas União dos Artistas e Carlos Gomes prestaram-se gentilmente a abrilhantar o ato (O Albor, 1908 *apud* LUCENA, 1998, p. 92, grifo nosso).

Em meados de agosto iniciou a Associação Aformoseadora da Laguna, os trabalhos para o ajardinamento da praça Floriano Peixoto, concedida pela Lei n. 181 de 12/08/1907, e conforme determinado pela Lei n. 182 de 15/10/1907, fiz imediatamente entrega ao sr. Coronel Manuel José Dias de Pinho, presidente da referida Associação, da quantia de 1.3779\$091 réis, capital e juros de **auxílios populares angariados a 1903 para o mesmo fim** (O Albor, 1908 *apud* LUCENA, 1998, p. 92, grifo nosso).

De fato, em 1907, Ataliba Goulart Rollin e José Guimarães Cabral (com comerciantes, armadores e autoridades municipais) criaram a “Comissão de Aformoseamento” para elaborar projetos e arrecadar capital para a execução de obras, incluindo a praça Floriano Peixoto. Para esta, entre 1914 e 1915, a “Comissão de Aformoseamento” concebe o Jardim Calheiros da Graça, inaugurado em abril de 1915, propagandeando embelezamento, salubridade e segurança. São implantados: chafariz, arborização, canteiros, passeios, iluminação pública, mobiliário (com bancos), artefatos e ornatos (BENÍCIO, 2018; GUEDES JÚNIOR, 2015).

A Praça da Matriz incorporando o Jardim Calheiros da Graça caracteriza-se pelo Ecletismo e, assim, pela composição racional, rígida e hierarquizada determinada pela geometria radial com foco central destacado graças ao espaço circular com chafariz (construído pelo artífice Marcos Gazola). A partir

deste, derivam os caminhos principais, estabelecidos nas diagonais até as quinas da quadra e enfatizados pelos elementos arbóreos plantados em ambos os lados de cada eixo. Dessa forma, sugere-se a organização simétrica, abrangendo passeios e canteiros, não efetivada em decorrência do formato irregular da quadra - surgem pequenos recintos de estar rebatidos. Ou seja, a definição dos caminhos leva à formação de canteiros em desenho triangular e de recintos circulares secundários, como opções de estar complementares e recantos de surpresa adicionais. Esses recintos recebem tratamento paisagístico, oferecendo arborização e sombreamento, tornando o microclima mais agradável.

Os caminhos principais desenvolvidos nas diagonais atraem o olhar do transeunte e direcionam a vista ao monumento em realce, ao chafariz, posto no cruzamento das radiais, aproximadamente no centro geométrico do Jardim - este é o espaço mais interiorizado e resguardado visualmente desde as ruas limítrofes, inclusive mais protegido das ventanias e da poluição sonora. A intimidade deste miolo é reforçada pelo rebaixamento do nível do solo desde a periferia da quadra para o seu interior, proporcionando um ambiente mais tranquilo.

Ademais, os caminhos principais ligam as quatro quinas da quadra, cujos acessos são marcados pelas duplas de palmeiras imperiais (totalizando oito unidades derivadas da *Palma Mater* do Jardim Botânico de Petrópolis, no Rio de Janeiro). Elas servem como pontos de referência às entradas, tornando-as mais convidativas, encurtando o trânsito nos sentidos sul-norte e leste-oeste e melhor articulando as vias do entorno. Notabiliza-se o caminho oeste a leste, dada a progressão de elementos paisagísticos explorados a favor da apreensão do edificado mais estimado da Laguna: o legado católico. Com efeito, revelam-se sucessivamente em perspectiva, emoldurada pelas palmeiras, o chafariz e, como ápice desse percorrido, a Igreja. Assim, a fonte de água aparece em conexão com o frontispício sacro.

Outrossim, o Jardim é definido pelo passeio perimetral configurado como alameda delimitada pelo emolduramento dado por árvores e pelos bancos, demarcando a transição da ambiência entre dentro e fora; como também pelo cercamento de separação entre o interior do espaço de sociabilidade e o exterior dado pelas vias. Ressalta-se que há muro e grade e fechamento de portões à noite, para evitar vandalismos e animais soltos e, conseqüentemente, destruições e sujeiras. Essa dita “proteção” é motivo de reclamações na imprensa lagunense, que solicita sua retirada e a colocação de mais bancos, pois o lugar é o preferido para reunião da sociedade, bastante concorrido nos domingos.

O cuidado com o Jardim compreende a vegetação, abarcando espécies exóticas europeias, tropicais brasileiras e nativas locais, remetendo à hibridização quanto à seleção de plantas e ratificando a linguagem eclética. Destaca-se a topiaria realizada em ciprestes e buxus, em formatos distintos como o cônico, o umbeliforme e o semiesférico. O trabalho topiado é valorizado pela inserção centralizada em canteiros gramados, elevados em relação ao nível dos passeios (gerados pela movimentação de terra); e ganha relevância em volta do chafariz, separando as áreas molhada e seca, nos quatro canteiros radiais, coroados por ciprestes globulares. Esse trabalho exige a manutenção constante, feita por mão de obra especializada e, para isso, a existência de recursos financeiros municipais. Graças à pujança econômica na Laguna nas primeiras décadas do século XX, o Jardim é mantido pelo primeiro jardineiro Fernando Chatão até a década de 1920 (GUEDES JÚNIOR, 2015).

Em contraposição à formalização dos ciprestes e buxus topiados, o Jardim é composto por flora tropical com folhas largas, retorcidas e pontiagudas, como cicas, agaves, palmeiras, pândanos e dracenas. Estas espécies são bastante utilizadas nos jardins ecléticos brasileiros (caso do Ypiranga em São Paulo, por exemplo), possibilitadas pela aclimação e pela reprodução efetuadas no Rio de Janeiro. Portanto, além da inspiração formalista do paisagismo barroco francês, seguindo o modelo de *square* e passeio público como ressalta Dourado (2009), incorpora-se o peculiar aos trópicos em prol do forjamento da identidade nacional republicana.

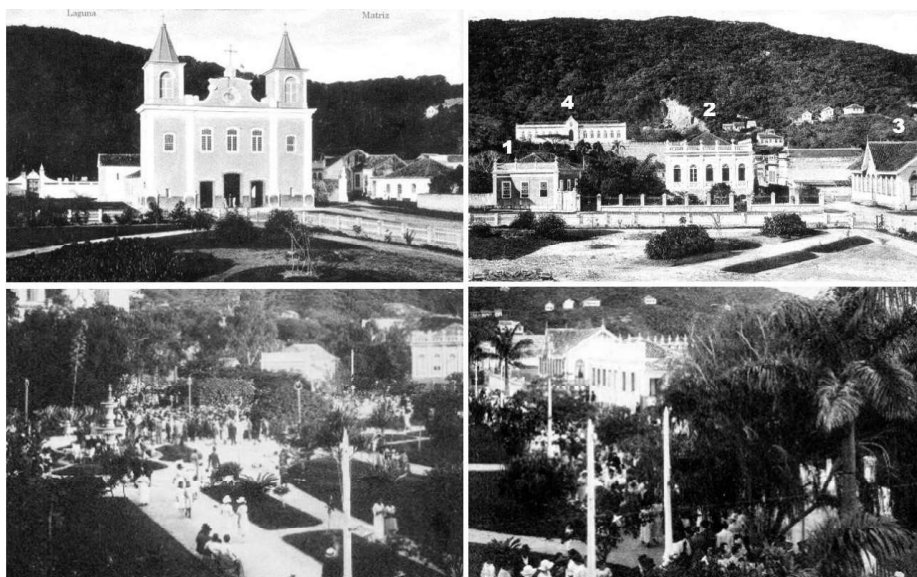
Entre os elementos paisagísticos, prima como peça monumental a figueira nascida na quilha do barco Seival (navio farroupilha abandonado na laguna), transportada pelo piloto Antônio Joaquim de Souza para o Jardim e plantada em cerimônia cívica na década de 1920, com a presença de autoridades municipais, banda de música, escolares e grupo de escoteiros. Assim passa a figurar como a “Árvore de Anita” (GUEDES JÚNIOR, 2013).

O seu caráter de cidade antiga e aspecto colonial vai aos poucos desaparecendo e novas “galas” e novos melhoramentos a vem embelezando através do seu desenvolvimento. E as nossas gentis patricias ao girarem nos seus passeios dominicais, **no lindo “vergel florido”, que é o nosso Jardim**, saberão que aquelas árvores, frondejantes, **aquele mimoso cenário de nossa natureza em eterna primavera**, tem o seu patrono - Calheiros da Graça (O Albor, 1919 *apud* LUCENA, 1998, p. 93, grifo nosso).

O Jardim tornara-se o local de encontro dos finais de semana. Entre as seções de cinema ou teatro, depois de tomar um café, **as pessoas se reuniam na praça para conversar, para namorar e ouvir música**, pois eram comuns as apresentações de retretas pela praça. **Era o local do “footing”**.

Ali se reuniam principalmente, pessoas de famílias tradicionais e da alta sociedade. As festas religiosas davam maior movimentação; pois além das procissões, que atraíam grande parte da população a percorrer as principais ruas da cidade, **havia as quermesses organizadas junto à praça.** [...] A Praça da Matriz, denominada neste período de Jardim Calheiros da Graça, era o local dos passeios, dos encontros, das festas, e por isso, era o lugar mais bem tratado e mais bonito da cidade. Foi concebido para ser o espaço de maior prestígio social, e este uso perdurou por muitas décadas. (LUCENA, 1998, p. 93-94, 110, grifo nosso) (Figuras 04-09).

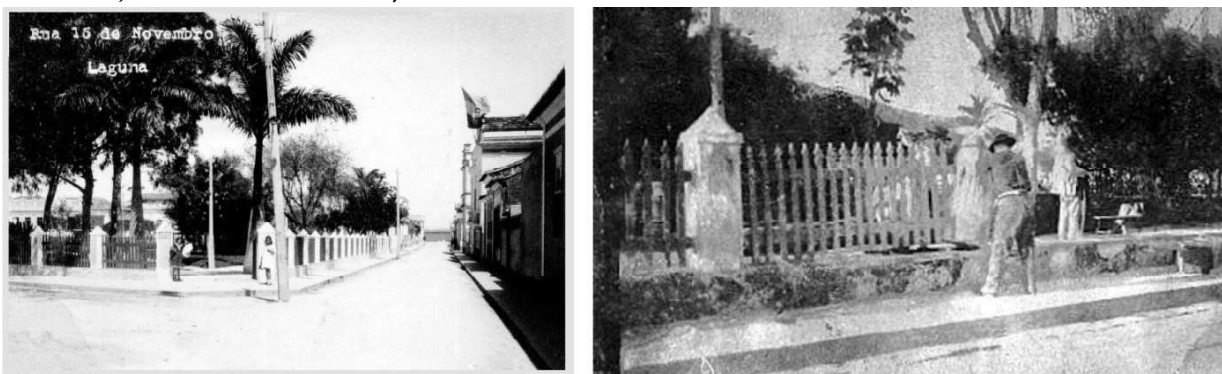
Figura 04. A Igreja Santo Antônio dos Anjos e o seu adro, o Campo Santo, transformado na Praça da Matriz, cercada, com caminhos e canteiros definidos e ajardinada; e, em 1921, em concorrido uso.



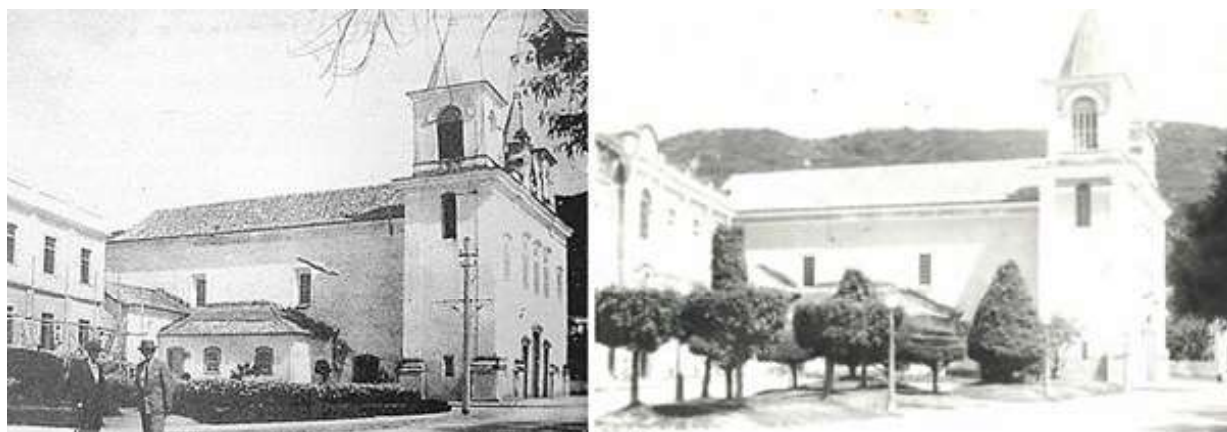
Fonte: Abreu (acervo Amemar de Oliveira, 2013); Dall’Alba (1993, p. 166); Viana (acervo Antônio Marega, 2011); Viana (acervo Antônio Marega, 2011).

Figura 05. Praça da Matriz na década de 1920: cercada, ajardinada e com chafariz.

Fonte: Ulysséa (2004, p. 316); Viana (acervo Antônio Marega, 2011); Viana (acervo Antônio Marega, 2011).

Figura 06. Praça da Matriz cercada e ajardinada em 1920 e durante a retirada da cerca em 1925.

Fonte: Viana (acervo Antônio Marega, 2011); Viana (acervo Antônio Marega, 2011).

Figura 07. Igreja Santo Antônio dos Anjos e Praça da Matriz: higienizada e aformoseada. Ressalta-se a transformação do tratamento paisagístico, com ajardinamento substituído por arbustos com topiaria.

Fonte: Turibio (2013); Viana (acervo Dalmo Faísca, 2011).

Figura 08. Igreja Santo Antônio dos Anjos e Praça da Matriz na década de 1950.



Fonte: Viana (acervo Antônio Marega, foto Bacha, 2011).

Figura 09. Igreja Santo Antônio dos Anjos e Praça da Matriz na década de 1970. Atenta-se à pintura do chafariz e ao porte dos elementos de paisagismo, permitindo a visão da fonte de água com o frontispício sacro.



Fonte: Abreu (foto Waldemar Anacleto, acervo UFSC, 2013); Guedes Júnior (foto Gê), 2015.

Enfim, a Praça da Matriz transformada no Jardim Calheiros da Graça, além de reafirmar a importância da principal praça da cidade, configura o *locus* da sociabilidade lagunense com uso e demarcação de território subjetivo da exibição das camadas mais abastadas e fomentador de uma “lagunidade”. Sob controle da municipalidade, a Praça da Matriz concretiza as ações de embelezamento, salubridade e segurança e, por conseguinte, visibiliza o progresso de Laguna; em concomitância, incorpora dispositivos de segregação racial, socioeconômica e de gênero, restringindo a sociabilidade à elite lagunense, branca e cristã. Logo, na realidade cotidiana do espaço público, há privação de fruição, por exemplo, de negros e pobres, camadas consideradas subalternas e mantidas às margens do cercamento. Ademais, ressalta-se que a Praça da Matriz se torna um instrumento da sociedade disciplinar, onde se exibem como positivos os valores religiosos, cívicos, sociais e culturais da referida elite.

Aliás, Igreja e Estado seguem conexos, com o objetivo comum de civilizar a povo, mantendo seu controle. Nesse sentido, exploram o espaço público segundo a finalidade educadora e moralizadora, reprimindo hábitos considerados selvagens, rústicos e/ou obsoletos. Não se percebe qualquer política municipal almejando diminuir as diferenças socioeconômicas e democratizar o acesso à urbe; ao contrário, ratifica-se esta “lagunidade”.

A imprensa, por sua vez, difunde a defesa da modernização da cidade, apoiando as medidas higienistas e aformoseadoras, porém ao usufruto de todo povo lagunense. Inclusive, em 1908, no artigo intitulado “Jardim Público” se registra a insatisfação pelo seu cercamento e, conseqüentemente, pela segregação gerada:

[...] eis o melhoramento tão falado, e eis também **o que pensamos e o que o povo pensa a tal respeito; apesar de que um dos membros da “Associação Aformoseadora” tenha dito, que a opinião do povo não tem valor e que nós podemos falar a vontade que não seremos ouvidos.**

Nada, entretanto, nos demoverá do firme propósito que tomamos de combater as ideias errôneas.

O jardim ora em construção na praça Marechal Floriano, em frente à Igreja Matriz, começou pecando pela base. **Aquela obra é uma contradição do embelezamento moderno**; quando nos outros lugares arrancam-se dos jardins as grades, porque é do *smart*, nós pretendemos, isto é, a **“Associação Aformoseadora” pretende levantar um e com grades; alegando que o nosso povo não está habilitado para receber desses melhoramentos** e que os animais que andam soltos pelas ruas de dia e de noite (muito embora proibam as posturas municipais) escangalham. [...]

Quanto aos animais andarem soltos, é lá com o sr. superintendente que não sabe fazer ou que não quer cumprir a risca as leis municipais; **mas supor-se que o nosso povo é inadaptável ao progresso**, é uma afronta aos brios lagunenses [...]; **dizer-se que o nosso meio não requer esses embelezamentos**, isto é nivelar, é rebaixar-se ao mais ínfimo grão de ignorância um povo que se orgulha de ser civilizado, e nós como seus representantes aqui deixamos o nosso protesto.

Das duas, uma: **ou nós temos um grão de civilidade apurado para se ter um jardim sem grades, ou então somos extraordinariamente atrasados e nada se faça porque não merecemos.**

Então o povo só tem merecimento e valor quando se precisa do seu dinheiro?

Não; **deve-se tratar melhor aquele que tão prontamente sabe concorrer para esses melhoramentos.**

O que pensamos a respeito de tal obra e a maioria do povo pensa: é que se deve fazer passeios espaçosos em redor da praça, no centro levantar-se os canteiros, gramar-se, arborizar-se e pregar-se em cada árvore um cartaz pedindo ao povo que seja a guarda do jardim. [...] (O ESCUDO, 1908, p. 1, grifo nosso).

Ainda que retirado o cercamento da Praça da Matriz somente em 1925 (GUEDES JÚNIOR, 2015), a segregação subsiste nos anos seguintes. A propósito, Lucena (1998) expõe entrevistas sobre o uso desse espaço público, explicitando que no interior dele persiste o lazer da sociedade opulenta e no exterior do mesmo perambulam os que não pertencem às famílias tradicionais, os negros e pobres. Portanto, a Praça da Matriz permanece implícita como *locus* da sociabilidade lagunense.

A praça revitalizada do Centro tombado: o palco mundano do patrimônio cultural português e católico

A preservação do patrimônio em Laguna é inaugurada com o tombamento e a dita restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia pelo Iphan em 1954, confirmando a importância dada ao governo da Coroa lusitana na vila colonial. Com isso, a edificação é transformada no Museu Histórico Anita Garibaldi em 1956 (BENÍCIO, 2018).

Posteriormente, em 1977, a municipalidade promulgou a Lei n. 34 (LAGUNA, 1977) sobre a proteção do patrimônio público histórico, artístico e natural. No ano seguinte, publica o “Plano de Restauração e

Utilização Social e Econômica do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Paisagístico e Arquitetônico da Laguna” (LAGUNA, 1978, p. 20, 22), visando “preservar a feição histórica e o perfil madeirense e açoriano da Laguna [...]”, ou seja, “a preservação dos marcos e dos locais por onde passaram os colonizadores e povoadores madeirenses e açorianos e que nela ficaram os traços indelévels de sua cultura.”

Em 1985, o Iphan impôs o tombamento federal do Centro lagunense, através da instituição de uma poligonal de salvaguarda do sítio natural e cultural, elegido pela suposta homogeneidade luso-brasileira do conjunto edificado articulada à paisagem. Dessarte, preza-se a instância da Laguna como vila colonial: priorizam-se as intervenções na Igreja Santo Antônio dos Anjos, no Museu Histórico Anita Garibaldi e no casario luso-brasileiro locado principalmente à direita da Matriz - testemunhas dos poderes religioso da Igreja Católica e civil da Coroa lusitana. Também se valoriza a Laguna como cidade republicana: preserva-se especialmente a imagem dos palacetes ecléticos implantados à direita da Matriz - provas do período de opulência da sociedade lagunense, descendente das tradicionais famílias colonizadoras (BENÍCIO, 2018).

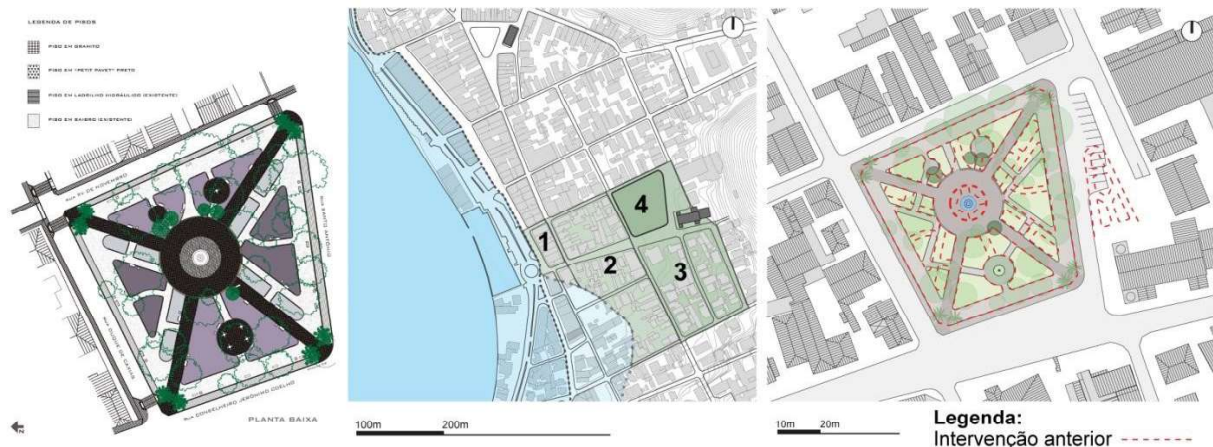
Na prática preservacionista nos mais de 30 anos de tombamento do Centro de Laguna, a Praça da Matriz é objeto de ações pontuais não registradas oficialmente (incluindo as contribuições comunitárias de plantio de arbustos, de butiás - palmeira endêmica símbolo da cidade - e de ervas medicinais e culinárias) e de uma grande intervenção licitada pelo Iphan (2008), resultante da execução sob responsabilidade da construtora Magapavi (2008-2009) do projeto de “revitalização” inicialmente proposto pela arquiteta Cíntia Chamas do Iphan de Florianópolis (1997) e posteriormente pelo arquiteto Diego Steffen Moraes e equipe (2008). Esta equipe desenvolve o projeto de paisagismo para todos os espaços públicos do Centro tombado, incluindo a praça Vidal Ramos, padronizando desenhos, materialidades e mobiliários.

Apesar do referido projeto não ter sido executado completamente, através da nomeada “revitalização” (ação de atribuir nova vida a algo supostamente sem vitalidade): é conservada a dualidade de caminhos internos e externos, exceto nas esquinas; são retiradas algumas árvores e mantidas as demais, submetidas à sucessão de podas (para visualização das edificações do entorno); são valorizados os pares de palmeiras imperiais; é alterada a paleta de cores do chafariz, com a pintura total em branco; é retirado o revestimento de pedras naturais do piso e da mureta circular que envolve a fonte, também recebendo a mureta pintura total em branco; é trocado o pavimento de ladrilhos hidráulicos e o meio-fio de alvenaria por peças consideradas “mais nobres” de granito bruto; é tirada acerca de proteção da “Árvore de Anita” e ao seu redor é criado um canteiro gramado (para afastar os pedestres); são cambiadas as bases de alvenaria caiadas de branco das placas celebrativas por outros materiais; são inseridos novos mobiliários (bancos, lixeiras, etc.) e postes de iluminação; são remodelados os canteiros; são eliminados os canteiros e o estacionamento de veículos na lateral direita da Igreja e é pavimentada toda a área, formando um espaço religioso e cívico. Com isso, a praça modernizada da cidade republicana, fundamentalmente eclética, torna-se a praça revitalizada do Centro tombado - prioriza-se o patrimônio cultural português e católico, inclusive sacrifi-cam-se os exemplares vegetais a favor dos exemplares edificados do entorno (Figura 10).

A Praça da Matriz, *locus* da sociabilidade lagunense, torna-se um local de fruição passiva, mormente à contemplação da paisagem cultural, excetuando-se os eventos de carnaval e festa de Santo Antônio a animar a praça; posteriormente, também o festejo carnavalesco é removido da área central. Lucena (1998) constata a perda de *status* do Centro como “Centro Lúdico”: a partir da década de 1970, as funções de

residência e de lazer são progressivamente remanejadas para o bairro Mar Grosso, situado junto ao litoral marítimo e voltado para veraneio e turismo - ocorre o esvaziamento do Centro tombado e da praça (BENÍCIO, 2018).

Figura 10. Praça da Matriz: projeto de “revitalização”; e identificação de permanências e transformações, incluindo seqüência de reduções de área (de 1 a 4) e alteração de passeios e canteiros.



Fonte: Adaptada de Morais *et al.* ([s. d.]); elaborada pelos autores (2021)⁴.

Considerações finais

Diante do exposto, considerando a análise do conteúdo pesquisado e levantado, em síntese, as reflexões críticas validam a hipótese de que, embora ocorra a separação entre Estado e Igreja no final do século XIX no Brasil, a Praça da Matriz ratifica, como legado histórico, paisagístico e cultural, a Laguna originada e conservada como cidade portuguesa e católica - sobretudo valorizando o patrimônio edificado de seu entorno.

No presente, a Praça da Matriz constitui o maior, mais antigo e mais importante espaço público arborizado da Laguna. Apesar de caracterizar essencialmente o berço citadino e, assim, o Centro tombado, não há publicados estudos sobre a Praça da Matriz como jardim de interesse histórico - sobre sua interpretação como documento histórico e paisagístico, patrimônio cultural e monumento vivo de Laguna. Tampouco se encontra uma análise de suas características paisagísticas, suas adulterações de linguagens estéticas e sua recepção ao longo do tempo.

Nesse campo, em contribuição, através desta publicação, esta pesquisa apresenta suas conclusões preliminares. Ademais, esta pesquisa, ora em desenvolvimento na etapa de compreensão das realizações no século XXI, posteriores ao tombamento do Centro lagunense, remete a elaboração de novos trabalhos, posto que está verificando os desdobramentos das ações materiais, tal como o proposto por Feliú (1994), quanto à integridade e à autenticidade da Praça da Matriz como jardim histórico em relação com o transcurso e o acúmulo temporais, para além da originalidade de traçado ou de composição paisagística, mas efetivamente imbricadas as dinâmicas socioecológicas e as sucessivas intervenções.

⁴ Para melhor visualização e o comparativo entre a situação de tempos passados e presente da Praça da Matriz, ver: <<https://drive.google.com/drive/folders/>>. (site ocultado para conservar a avaliação às cegas).

Referências

- ABREU, L. C. **Blog as mil e uma histórias de Laguna**. Fotos. Laguna: [s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/asmileumahistoriasdelaguna/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- ANDRADE, I. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. **Risco**, São Paulo, n. 8, p. 138-144, 01 jul. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44756/48386>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- ARNS, A. **Laguna, uma esquecida epopeia de franciscanos e bandeirantes**. Curitiba: Imprimax, 1975.
- BANDEIRA, J.; LAGO, P. **Debret e o Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- BENÍCIO, D. Laguna, arquitetura novecentista e preservação do patrimônio. 2018. **Tese** (Doutorado em Artes Visuais) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- BENÍCIO, D.; *Et al.* Estudo das ações do Escritório Técnico do Iphan em Laguna/SC incidentes na área abrangida pela poligonal de tombamento desde 1985 a 2010. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG; IEDS, 2011.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Carta dos jardins históricos brasileiros. **Carta de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Iphan, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- CABRAL, O. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Veneza**. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza: Icomos, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (Icomos/Ifla). **Carta de Florença**. Carta internacional sobre proteção dos jardins históricos. Florença: Icomos/Ifla, 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Floren%CC%A7a%201981.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- DALL'ALBA, J. **Laguna antes de 1880**. Florianópolis: Lunardelli; Udesc, 1993.
- DOURADO, G. Belle Époque dos jardins. 2009. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-07042009-154158/pt-br.php>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- DOURADO, O. Conservação ou invenção? Notas sobre uma relação ambígua. 1995. In: DOCOMOMO BRASIL, 1., 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 1995. p. 139-146.
- FABRIS, A. **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Edusp, 1987.
- FELIÚ, C. Authenticity. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Unesco World Heritage Convention. **Nara Conference on Authenticity**. Nara, Japan: Unesco; Iccrom; Icomos, 1994. p. 265-269.
- FRICKER, L. Historic gardens and landscapes. **The Town Planning Review**, v. 46, n. 4, p. 407-414, 1975. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40103148?seq=1>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- GERBER, J.; HESS, G. From landscape resources to landscape commons. **International Journal of the Commons**, v. 11, n. 2, p. 708-732, 2017. Disponível em: <<https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.745/>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- GUEDES JÚNIOR, V. A Árvore de Anita está morta. **Blog do Valmir - Laguna**, Laguna, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://valmirkuedes.blogspot.com/2013/06/a-arvore-de-anita-esta-morta-so-falta.html>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

- GUEDES JÚNIOR, V. Jardim Calheiros da Graça completa 100 anos. **Blog do Valmir - Laguna**, Laguna, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://valmirkuedes.blogspot.com/2015/04/jardim-calheiros-da-graca-completa-100.html>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- HALBROOKS, M. The English garden at Stan Hywet Hall and Gardens. **American Society for Horticultural Science**, v. 15, n. 2, p. 196-213, jan. 2005. Disponível em: <<https://journals.ashs.org/horttech/view/journals/horttech/15/2/article-p196.xml>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- HUNT, J. **The afterlife of gardens**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=nidcAgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- LAGUNA. Prefeitura Municipal de Laguna (PML). **Lei ordinária n. 34**. Laguna: PML, 1977.
- LAGUNA. Prefeitura Municipal de Laguna (PML). Plano de restauração e utilização social e econômica do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arquitetônico da Laguna. Laguna: PML, 1978.
- LUCENA, L. Laguna. 1998. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77613>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- MACEDO, S. **Quadro do paisagismo no Brasil 1783-2000**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- MACEDO, S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- MAGALHÃES, C. O desenho da história no traço da paisagem. 2015. **Tese** (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- MARX, M. **Nosso chão**. São Paulo: Edusp, 1988.
- MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.
- MORAIS, D.; *Et al.* Centro Histórico Laguna. **Praça Vidal Ramos**. [S. l.: s. n., s. d].
- O ESCUDO. Jardim Público. **O Escudo**, Laguna, ano 1, n. 19, p. 1, 22 maio 1908. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/oescudo/OES1908019.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- PESAVENTO, S. **O imaginário da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PESSOA, J. Em tudo semelhante, em nada parecido. **Oceanus**, Lisboa, n. 41, p. 71-81, jan.-mar., 2000.
- PESSOA, A.; FASOLATO, D.; ANDRADE, R. (Orgs.). **Jardins históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. Disponível em: <<https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/old/JARDINS%20HISTORICOS%20-%20COMUNICACOESw.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- REIS FILHO, N. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- REITZ, L. *et. al.* Jardim da Casa Pinto D'Ulysséa. SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/iisimposioicomosbrasil/155560-jardim-da-casa-pinto-dulysssea--uma-reconstrucao-historica/>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- SALES, J. Garden restoration past and present. **Garden History**, v. 23, n. 1, p. 1-9, 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1587009?seq=1>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público**. São Paulo: Nobel, 1996.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

TURIBIO, R. **Laguna**. Acervo pessoal [digitalizado]. Laguna: [s. n.], 2013. CD-ROM.

ULYSSEÁ, N. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: CABRAL, O. (Coord.). **Santo Antônio dos Anjos da Laguna**. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 159-200.

ULYSSEÁ, R. **Laguna**. Brasília: Letra Ativa, 2004.

ULYSSEÁ, S. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: IOFSC, 1943.

VIANA, A. **Memórias de Laguna**. 2011. Projeto (Extensão em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, 2011. CD-ROM.

VIDE, S. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**. São Paulo: 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Submetido em: 24.10.2021

Aceito em: 23.12.2021